

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.868 - RJ  
(2001/0134355-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : CRISTINA TAVES DE CAMPOS E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : RENAN MIGUEL SAAD**  
**ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE PEDREIRA DUTRA LEITE E OUTRO(S) - RJ072205**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EX-CONSELHEIRO DE AGÊNCIA REGULADORA. PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. QUARENTENA. DIREITO À REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA. LEI ESTADUAL N. 2.688/1997. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos da Lei estadual n. 2.686/1997, o ex-dirigente da ASEP/RJ: a) continuará vinculado à autarquia nos 12 (doze) meses seguintes ao exercício no cargo; b) "estará impedido de prestar [...] qualquer tipo de serviço às empresas sob sua regulamentação ou fiscalização, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias"; c) continuará prestando serviço à agência; e d) terá direito à remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu. Essas disposições são aplicáveis a todos os ex-dirigentes da agência, sejam eles servidores ou não, porquanto não cabe ao intérprete limitar o âmbito de aplicação da lei, interpretando-a restritivamente e retirando-lhe, assim, o seu real alcance.

2. Agravo desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

